

**Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 27 de Junho de 2014** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e catorze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e António Júlio Raposo Lopes Pereira, eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Marco António Heleno Domingos da Silva Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Miguel Ângelo Lopes Eusébio, Pedro Miguel Victor da Piedade, Miguel Ângelo Felix Miranda, Henrique Miguel Caetano Santana e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu e Luís Miguel Sá Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Maria Domingas Mendocha, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira e João Pedro Costa Arraiolos eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da lei n.º 75 de 2013, de 12 de setembro; -----

----- **Ponto 2** - Apreciação, votação e Modificação ao Orçamento - Revisão n.º 1 e Modificação às GOP'S - Revisão n.º 1; Proposta para aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2014; -----

----- **Ponto 3** – Apreciação e votação do 6.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro; -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da Proposta para alteração do valor da avaliação de 4.800,54 euros do prédio inscrito na matriz predial sob o número 3793 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o número 2091; -----

----- **Ponto 5** – Apreciação e votação das propostas de alteração do Regimento da Assembleia Municipal apresentadas pela Mesa e pela bancada do PS. -----

----- **Início da Sessão** -----

----- O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21h13, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que os deputados João Osório, Celestino Brasileiro, Paula Matias, Liliana Carapinha e João Pedro Silva, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) pediram suspensão do mandato e foram substituídos por: Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, António Júlio Raposo Lopes Pereira Miguel Ângelo Lopes Eusébio, Miguel Ângelo Felix Miranda e Pedro Miguel Victor da Piedade. O deputado Paulo Sardinheiro eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) pediu igualmente a suspensão do seu mandato e foi substituído por Maria Domingas Mendocha. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Presidente da Assembleia deu início ao primeiro período de intervenção do público, concedendo a palavra ao munícipe Eduardo Costa, por um período de dez minutos, o qual apresentou questões sobre "Segurança preventiva de equipamentos de lazer e desporto". No final, o Presidente da Câmara Municipal prestou os devidos esclarecimentos, dizendo nomeadamente que em Alpiarça existem responsáveis pela segurança dos equipamentos, não existe risco imediato e a Câmara continuará atenta às situações." -----

----- **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS** -----

----- O Presidente da Assembleia informou que havia duas atas para aprovação, sendo a primeira de 28 de Fevereiro de 2014, passando a aceitar inscrições para a discussão desta ata. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que tinha praticamente a certeza que tinha votado a favor da continuação dos trabalhos a partir das 24h00 e que na ata consta que se absteve, solicitou que fosse ouvida a gravação e no caso de estar certo, fosse corrigida a votação. Este deputado sugeriu que sempre que os elementos de determinada bancada não fossem unânimes no seu sentido de voto, constasse da ata o sentido de voto nominal de cada um dos elementos, no sentido de constar quem dentro dessa bancada teria votado a favor, ou votado contra ou ter-se absterido. -----

----- O deputado Mário Santiago congratulou-se por esta ata registar com fidelidade os factos relatáveis e relevantes que ocorreram nesta sessão e solicitou apenas que na página quinze fosse substituída a palavra “autores” por “atores”. -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira pediu também que fosse ouvida a gravação, por parte de quem redigiu a ata, na parte que diz respeito à votação da continuação dos trabalhos a partir das 24h00, porque também está quase certo que votou pela continuação dos trabalhos. Chamou a atenção que na parte do período antes da ordem do dia, está redigida uma intervenção do deputado Fernando Ramalho, mas que o seu nome não consta entre os inscritos, no período a tal destinado, de modo que ou interveio sem estar inscrito ou haverá aqui uma troca de nomes. -----

----- A deputada Margarida do Céu chamou a atenção para dois erros ortográficos, em que foi usado o singular em vez do plural. -----

----- O Presidente da Assembleia prometeu ouvir a gravação e corrigir a redação da ata, e se o Plenário confiasse na Mesa para efetuar a correção passar-se-ia à votação. --

----- O Presidente da Assembleia pôs a ata à votação tendo sido aprovada por maioria com 13 votos a favor e 3 abstenções de Maria Domingas Mendonça, Fernanda Garnel e Henrique Santana, que estiveram ausentes na sessão a que respeita a ata. ----

----- O Presidente da Assembleia pôs à discussão a segunda ata respeitante à sessão do dia 25 de Abril de 2014. -----

----- Não se registando qualquer intervenção o Presidente da Assembleia pôs a ata à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia, deu início a este período, aceitando inscrições dos deputados que quisessem intervir neste período, informando que apenas iria aceitar uma ronda de inscrições. Inscreveram-se os seguintes deputados: Fernanda Cardigo, Margarida do Céu, Fernando Ramalho, Mário Santiago, Miguel Eusébio, Maria Gabriela Coutinho, Domingas Mendonça, Presidente da Assembleia, Fernanda Garnel, Marco Silva, Miguel Sá Pereira e Henrique Santana. -----

O Presidente da Assembleia informou que iria conceder um período de sete minutos e meio a cada deputado. -----

----- A deputada Fernanda Cardigo felicitou o Município pelo bonito espaço que foi criado na Reserva do Cavalo Sorraia, que está muito agradável, tem sido visitado por muita gente de quem tem ouvido tecer rasgados elogios. -----

----- A deputada Margarida do Céu questionou a forma como está a ser feita a limpeza e desinfeção dos contentores do lixo. Em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou um Voto de Louvor pela instalação da empresa Monliz em Alpiarça há dez anos atrás, pela ampliação que vai fazer nas suas instalações e pela sua grande capacidade de gerar emprego localmente. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs este voto de louvor à discussão. No uso da palavra o deputado Fernando Ramalho considerou justa a homenagem que se quer fazer a investidores privados, neste caso particular à Monliz que vai inaugurar uma nova linha de produção na fábrica e aumentar o número de postos de trabalho. -----

----- Os deputados Fernando Ramalho e Gabriela Coutinho disseram não entenderem muito bem se o convite que lhes foi reencaminhado por e-mail da Câmara Municipal, era dirigido aos deputados municipais ou não para estarem presentes na inauguração. O deputado Mário Santiago disse que não se sentiu convidado para esta inauguração, nos termos do convite que recebeu por e-mail. -----

----- O Presidente da Câmara disse que o convite para a inauguração foi dirigido pela Monliz ao Presidente da Câmara Municipal que poderia indicar as pessoas que integravam a sua comitiva, foi nesse sentido que ele próprio mandou reencaminhar o convite para os membros da Assembleia Municipal e para outras pessoas. Além disso o Presidente disse que a Câmara Municipal é uma pessoa de bem e em caso de dúvida bastava responderem ao e-mail ou telefonarem para a câmara ou para ele próprio e seriam esclarecidos. -----

----- O deputado Mário Santiago em nome da sua bancada disse querer associar-se a este voto de louvor porque não é todos os dias que se investem 7 milhões de euros no Concelho e se criam 50 postos de trabalho e considerou que a Monliz está de parabéns. -----

----- Posto o Voto de Louvor à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- O deputado Miguel Eusébio apresentou uma declaração em que valorizou as iniciativas culturais e desportivas que têm vindo a ser levadas a cabo pela Câmara

Municipal e pela Junta de Freguesia de Alpiarça, desejando que estes dois órgãos autárquicos continuem a desenvolver e a apoiar estas mesmas atividades. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho desistiu da sua inscrição uma vez que também queria falar sobre a Monliz. -----

----- A deputada Domingas Mendonça sugeriu que fosse reforçada a mensagem de que Alpiarça comemora este ano os seus 100 anos de Concelho, ou seja o seu Centenário, nomeadamente com a colocação de mais outdoors, tendo principalmente em conta que se aproxima o Festival do Melão. -----

----- O deputado Fernando Ramalho sugeriu que se fizesse um pequeno intervalo para que conseguissem elaborar em conjunto um Voto de Louvor a outros concelhos portugueses, que são concelhos da República e que este ano comemoram também o seu centenário. O Presidente da Assembleia interveio de imediato, informando o deputado que concordava plenamente com a ideia, sugerindo no entanto, que em Setembro viesse já agendado e elaborado e para discussão e aprovação um voto de louvor a todos os concelhos centenários do país, já que nem todos comemoram o centenário em Abril, tal como Alpiarça. E nessa data já na posse de todos os elementos remeter-se-ia o referido voto de louvor, sugestão que o deputado aceitou. Continuando no uso da palavra o deputado Fernando Ramalho trouxe uma questão já aqui foi falada mais do que uma vez, que é o estado em que se encontra os antigos Paços do Concelho e lamenta continuar sem ver nenhuma iniciativa para resolver ao menos a questão do torreão que caiu, e que a Câmara deverá ser a primeira a dar o exemplo para ajudar a resolver a situação da nossa rua direita que apesar de pontualmente ter sofrido algumas intervenções por parte do Município tem muito património particular edificado, em estado bastante degradado, alegando não saber se tem dado alguns frutos a SRU- Sociedade de Reabilitação Urbana, em que foram delimitadas algumas das zonas da vila, nas quais o património que viesse a ser recuperado traria algumas vantagens para os seus proprietários. Por último lamentou que não tivesse a ser dado o devido uso a algumas floreiras verticais colocadas na rua direita e que apenas precisam que se vão mantendo as flores vivas. Para finalizar o deputado voltou a abordar um assunto que disse já ter abordado na última assembleia municipal, que é o facto de ter a informação que alguns dos antigos presidentes de câmara de Alpiarça não são convidados para determinados atos, nomeadamente para

5/26

eventos inseridos nas Comemorações do Centenário e solicitou ao senhor Presidente da Câmara que lhe fornecesse a lista dos antigos presidentes de câmara convidados, para se aferir de onde parte a responsabilidade dos convites não chegarem ao destino.

----- O deputado Mário Santiago apresentou e procedeu à leitura de uma Moção em defesa do Serviço Nacional de Saúde. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs esta moção à discussão, tendo usado da palavra o deputado Fernando Ramalho, alegando que embora concordasse com parte do texto da moção, votaria contra a mesma por não estar de acordo com ela no seu todo, a deputada Fernanda Garnel disse estar de acordo com as palavras proferidas pelo deputado que a antecedeu, e acrescentou que também poderiam cortar nas despesas com as PPP's (parcerias público privadas) e transferir esse dinheiro para o SNS e que a sua bancada também votaria contra esta moção. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs a moção à votação tendo sido reprovada com 1 abstenção da deputada Margarida do Céu (PS), 3 votos a favor de toda a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 12 votos contra, sendo 10 de toda a bancada da CDU-(PCP/PEV) e 2 do restantes elementos da bancada do Partido Socialista (PS). -----

----- O deputado Mário Santiago continuando no uso da palavra, e em relação ao tema das PPP abordado pela deputada Fernanda Garnel, opinou que em Alpiarça também temos as nossas PPP's, referindo-se ao Bar das Piscinas e ao Parque de Campismo, dizendo que os seus arrendatários têm as receitas, não pagam renda e nós temos as despesas. Abordou o tema das filmagens das sessões das assembleias municipais e lamentou que decorridos oito meses sobre a promessa do Presidente da Assembleia de tudo fazer para que as sessões fossem filmadas, tal como são filmadas as reuniões da câmara municipal, tudo continuar na mesma e que ele pessoalmente não vê qualquer inconveniente em que as sessões sejam filmadas, alegando que o Presidente da Assembleia e o secretário da Assembleia Municipal senhor Júlio Pratas são pessoas com tempo, tendo este último escrito no Voz de Alpiarça *“só não aceita as filmagens quem tem medo de ser desmentido e nada poder fazer, venham as filmagens”* e não querendo plagiar esta frase disse que a subscrevia. Continuando no uso da palavra falou do assunto da contratação de um Revisor Oficial de Contas, por parte da Câmara Municipal de Alpiarça e lamentou o facto da mesma ter contratado alguém por um valor que é significativamente mais caro do que outros preços

6/26

praticados no mercado e sem ter feito consultas ou pedidos de propostas concretas a outros R.O.C., considerou esta contratação um ato de gestão irresponsável, concluindo que se o Vereador Francisco Cunha, não tivesse sido eleito provavelmente se passaria ao lado desta contratação e estas coisas não se saberiam. -----

----- O Deputado Marco Silva apresentou e passou a ler uma Moção em defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS). -----

----- O Presidente da Assembleia pôs esta moção à discussão, tendo usado da palavra o deputado Fernando Ramalho, alegando que iria votar a favor da mesma por estar de acordo com a generalidade do texto, lamentou apenas que não houvesse uma referência mais explícita das implicações da legislação na nossa região. -----

----- O deputado Mário Santiago disse que iria votar favoravelmente esta moção, porque este tipo de moção é o tipo de moção que os partidos gostam, que é aquela moção que é muito genérica e que não concretiza nada, nem sugere o modo de resolver os problemas, enquanto a moção por si apresentada, antes desta, continha soluções que era tirar aos políticos para dar ao SNS e disso os partidos não gostam. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho no uso da palavra disse que em relação ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a outros assuntos aqui abordados, disse que não se esqueceu e lembra-se perfeitamente que foi há mais de uma década que se começaram a encerrar Maternidades, a encerrar centros de Saúde, a encerrar Escolas e que se irão continuar a encerrar outros serviços. Disse que vai votar contra a moção, porque acredita no atual Ministro da Saúde e que ele só irá encerrar aquilo que tiver mesmo de encerrar e aquilo que a deputada defende é garantir o serviço de saúde para os mais carenciados, nem que ela com parte da sua reforma tenha de pagar para quem precise mais do que ela. Finalizou dizendo que o PS quando era governo se fartou de fechar serviços e que o PCP se chegasse ao governo também o faria. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs a moção à votação tendo sido aprovada com 14 votos a favor, sendo 10 da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 da bancada do Partido Socialista (PS) e 1 da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 2 votos contra das deputadas Maria Gabriela Coutinho e Domingas Mendonça, do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira, usou da palavra começando por informar do falecimento do Dr. Cândido Moreira, presidente da Associação Nacional de Freguesias

(ANAFRE) e em seu nome e em nome da bancada do PS endereçar as devidas condolências à família e à Junta de Freguesia. Felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa do Dia da Criança levada a cabo na Reserva do Cavalo do Sorraia, considerando-a uma iniciativa louvável. Relembrou a questão dos baloiços que faltam no Frade de Cima, não estes que foram arrançados e colocados na Reserva, mas sim outros. Chamou a atenção para a necessidade de reparação de pelo menos um dos portões do Estádio Municipal e para o facto dos semáforos da Gouxaria continuarem sem funcionar, pelo menos à hora a que costuma lá passar. Informou ainda que na Rua Comandante Fontoura da Costa se encontrava há muito tempo um automóvel estacionado em sentido contrário, devido à morte do seu proprietário e que seria bom retirarem a viatura do local. Relativamente ao R.O.C. disse que era para não falar do assunto mas que depois das palavras do deputado Mário Santiago, tinha ficado um bocado apreensivo sobre a forma como foi feita a contratação e que gostava de ser melhor elucidado sobre o assunto. -----

----- Usou da palavra o deputado Henrique Santana que felicitou a Câmara pelas iniciativas que tem levado a cabo integradas neste ano do Centenário, em que desde a data do 100.º Aniversário do Concelho, ocorrida no passado dia 2 de Abril, praticamente todos os fins de semana se têm realizado eventos, apesar das dificuldades financeiras que o Município atravessa, contrariamente a pelo menos um outro concelho, também centenário, que bem conhece e que pouco ou nada tem feito.

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às considerações e às questões colocadas pelos autarcas. -----

----- O Presidente da Câmara começou por agradecer as considerações da Presidente da Junta de Freguesia sobre a Reserva do Cavalo do Sorraia, acrescentando que tem havido por parte do Executivo e dos trabalhadores da autarquia e técnicos ligados às atividades na Reserva do Cavalo do Sorraia, uma preocupação de melhoramento do espaço e o reconhecimento desse trabalho, que se vê pela presença de pessoas e de alguns eventos que se têm realizado naquele espaço. -----

----- Relativamente à Monliz, embora tratando-se de uma moção, disse que também da parte do Executivo há o reconhecimento do papel que a empresa desempenha na dinamização económica do concelho assim como reconhecer publicamente, já o fez mais do que uma vez e não tem problemas de o voltar a fazer, o empenho dos autarcas

8/26



da altura que desencadearam e ajudaram no processo de instalação das empresas na nossa Zona Industrial. -----

----- Agradeceu também as palavras do deputado Miguel Eusébio, relativamente às considerações que teceu sobre as iniciativas culturais, umas no âmbito do centenário e e outras que sendo já rotineiras, com pouco investimento possam atrair aqui o maior número de pessoas possível a Alpiarça. -----

----- Sobre as considerações da deputada Maria Domingas Mendonça, disse que também o Executivo tem o objetivo de marcar o Centenário do ponto de vista da imagem, que há outdoors colocados sobre o evento, mas que por vezes ocorrem outras iniciativas e há necessidade de retirar uns para colocar outros. -----

----- Agradeceu as palavras ditas pelo deputado Henrique Santana, considerou que tal como Alpiarça há vários concelhos centenários e todos eles terão problemas semelhantes ao nosso do ponto de vista financeiro e todos procurarão a seu modo comemorar os seus centenários e Alpiarça tem procurado fazê-lo. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado Fernando Ramalho o Presidente da Câmara disse que achava muito interessante a sua proposta no sentido do Município de Alpiarça se associar formalmente a outros concelhos centenários, que de algum modo acabam por ser seus irmãos de criação. Sobre o arranjo do antigo edifício dos Paços do Concelho e atual Posto da GNR, concordou que os torreões e não só deste edifício estão bastante degradados, há muitos anos, havendo necessidade de recuperar todo o edifício e não é fácil nem barato fazê-lo. O Presidente da Câmara acrescentou que não podia concordar com o deputado quando diz que não vê iniciativas nenhuma no sentido de resolver a situação. O que está anunciado e já foi aqui explicado é um conjunto de iniciativas que visam criar as condições que possam reabilitar não só o Posto da GNR, mas também o restante edifício e que aguarda do ponto de vista político uma resposta do Ministério da Administração Interna. Sobre as A.R.U.'s e a recuperação dos espaços físicos, opinou que a situação do património edificado dos nossos centros urbanos e centros históricos é muito mau e Alpiarça não foge à regra, e considerou que há responsáveis a nível das políticas de ocupação do solo, ao que se juntou o lobi bancário e o sector da construção civil que acabou por levar a optar-se pelo novo ao invés de se apostar no existente. Atualmente o que se pretende fazer em Alpiarça e nos outros sítios é aproveitar os instrumentos legais existentes para ir

9/26

reabilitando, numa altura em que as autarquias e os próprios proprietários estão descapitalizados, ao contrário de lançar uma política ao nível do governo central, obviamente com o envolvimento da banca e dos industriais da construção civil, que ainda resistem. Finalizou dizendo que as ARU's e as SRU's são instrumentos de reabilitação de imóveis, mas instrumentos muito limitados e que o processo de reabilitação urbana é um processo para gerações, que terá de contar com um melhor nível de rendimento das famílias, que haja uma maior disponibilidade financeira das autarquias e que terão de se contar com a ajuda de fundos comunitários. Relativamente às floreiras disse que registava a chamada de atenção do deputado Fernando Ramalho, mas que não é só colocar as floreiras, também há que as manter e essa é a atitude que se tem procurado ter, inclusive noutros espaços já hoje aqui referidos. Sobre a lista dos convites endereçados a antigos presidentes de câmara para eventos inseridos nas Comemorações do Centenário, o Presidente da Câmara prometeu fazer chegar essa lista ao deputado Fernando Ramalho. -----

----- Sobre a intervenção do deputado Mário Santiago em que apresentou uma Moção sobre a defesa do Serviço Nacional de Saúde, o Presidente da Câmara considerou que ainda bem que a moção foi reprovada, porque era uma proposta que apontava para a redução da representatividade democrática no Parlamento. Defendeu que o Bar das Piscinas e o Parque de Campismo de Alpiarça não são a mesma coisa das PPP's tal como foi dito pelo deputado. Quanto às filmagens da Assembleia Municipal, disse que esta reunião é aberta, é pública, vem aqui quem quer e considerou que todas as reuniões da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e de Freguesia são públicas e aqui não há nada a esconder e há até um apelo à participação do público. Quanto ao Revisor Oficial de Contas, o Presidente da Câmara disse que não é populista nem demagogo, disse ter dito desde a primeira hora, que a escolha foi do Executivo dentro da Lei, num ajuste direto permitido e numa câmara que está a fazer tudo o que lhe é possível para reduzir custos e para reduzir a dívida que herdou. -----

----- Relativamente à Moção sobre a defesa do Serviço Nacional de Saúde apresentada pelo deputado Marco Silva, o Presidente da Câmara aproveitou para dizer que hoje mesmo houve uma concentração junto à entrada do Hospital de Santarém ação de defesa do Serviço Nacional de Saúde, com a presença de um deputado do PCP,

ele próprio esteve presente e representantes das várias comissões de utentes, considerando que é assim também que se defende o SNS. -----

----- Sobre a intervenção do deputado Miguel Sá Pereira, o Presidente da Câmara agradeceu a referência que fez às comemorações do Dia da Criança, quanto à questão dos baloiços do Frade de Cima e do portão do Estádio Municipal deixou a resposta para o Vereador Carlos Jorge. Disse que o assunto do carro mal estacionado, é um assunto da fiscalização e que fica registado. Em relação ao ROC, considerou já ter respondido numa intervenção anterior. -----

----- Sobre a intervenção do deputado Henrique Santana, o Presidente da Câmara disse concordar na generalidade com o que disse e agradeceu as suas palavras. -----

----- Usando da palavra o Vereador Carlos Jorge, relativamente à questão da lavagem dos contentores, aqui colocada pela deputada Ana Margarida, informou que desde o início do ano foi feito um plano de trabalho para a lavagem dos contentores, em que uma tarde por semana o carro do lixo vai fazer a recolha e a substituição por outro lavados, mas não haverá problema de pontualmente se proceder à lavagem de contentores que estejam a cheirar mal, desde que informem da sua localização. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado Miguel Sá Pereira sobre os baloiços do Frade de Cima, disse que não iria responder, uma vez que o deputado está a par do que se passa. Quanto ao portão do campo de futebol, o Vereador informou que a sua reparação demorou algum tempo porque havia ferros amolgados que tiveram de ser substituídos, mas esta semana o portão reparado já foi lá colocado. Em relação aos semáforos da Gouxaria, o Vereador informou que o sistema funciona através de painéis fotovoltaicos, é natural que quando não há muita luminosidade e se a bateria estiver fraca, os sinais não funcionem. Finalizou dizendo que a manutenção destes sinais é da responsabilidade da Estradas de Portugal e que já noutra altura em que o deputado trouxe cá este assunto, a empresa foi informada, foram verificar e disseram que estava tudo dentro da normalidade. -----

----- O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado Fernando Ramalho que alegou querer invocar o Regimento dizendo que o mesmo diz que ao senhor Presidente da Câmara é concedida a palavra para prestar os esclarecimentos que lhe são solicitados, não é concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para comentar tudo o que se passa na Assembleia, nomeadamente as moções e

11/26

propostas que até já foram votadas. O deputado acrescentou que não vinha para aqui, para ouvir as opiniões do Senhor Presidente da Câmara sobre coisas que já foram votadas e comentários completos sobre tudo o que aqui se passou. O deputado disse que o Regimento não limita o tempo de intervenção do Senhor Presidente da Câmara, enquanto os deputados têm limites de tempo para falarem e pediu à Mesa que tivesse em consideração este artigo do Regimento nas próximas Assembleias, porque o Senhor Presidente da Câmara não pode vir para aqui falar de tudo incluindo as posições e os assuntos da vida do seu próprio partido. Concluiu dizendo que se a maioria entende que o Presidente da Câmara deverá falar sobre o que quiser e pelo tempo que quiser, alterem o artigo, hoje é o dia indicado para isso, em que vamos proceder à alteração do Regimento. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo deputado Mário Santiago sobre a gravação em vídeo das assembleias municipais, o Presidente da Assembleia disse que já falou sobre o assunto na última assembleia municipal, mas que o senhor deputado não estaria presente, acrescentou que continua empenhado em que as sessões da assembleia municipal sejam gravadas, mas que após o seu entusiasmo inicial não estava a par de algumas dificuldades, não apenas técnicas mas também legais sobre a gravação das assembleias municipais e disse que recebeu uma resposta dum entidade que controla precisamente esse aspeto e como teve alguma dificuldade em entender a resposta pediu um parecer jurídico sobre o assunto. -----

----- O deputado Mário Santiago contrapôs dizendo que já se passaram oito meses sobre o início do mandato e que já percebeu que não vamos ter as sessões da Assembleia Municipal de Alpiarça, gravadas em vídeo. -----

----- O Presidente da Assembleia disse esperar que não lhe voltassem a fazer a pergunta outra vez na próxima assembleia, porque já disse o que tinha a dizer, e que após 40 anos de democracia, as assembleias municipais nunca foram gravadas em vídeo, mas já são gravadas em áudio há mais de 30 anos e não vamos pôr aqui questões de défice democrático, lá por as sessões da assembleia não serem filmadas. --

----- O Presidente da Assembleia disse ter recebido da Assembleia Municipal de Almeirim, um voto de saudação, pelo Centenário do Concelho de Alpiarça, aprovado por unanimidade naquela assembleia. O Presidente da Assembleia procedeu à leitura do voto de saudação e pôs o mesmo à discussão. -----

----- Usou da palavra o deputado Fernando Ramalho que pensa que será demasiado estar a votar uma moção para responder a uma saudação e considerou que o Presidente da Assembleia terá a liberdade suficiente para agradecer o voto de saudação da Assembleia Municipal de Almeirim. -----

----- Findo este período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de dez minutos, após o qual deu início ao período seguinte. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da lei n.º 75 de 2013, de 12 de setembro;** -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação deste ponto. -----

----- O Presidente da Câmara começou por abordar a situação financeira do município, informando que neste momento a dívida total do município se cifra em onze milhões e oitenta e seis mil euros, ou seja cerca de dois milhões e duzentos mil euros de abatimento de dívida, relativamente aos valores de outubro de 2009. Depois chamou a atenção para o início da obra de limpeza de telhados, pinturas e recuperação exterior de portas, janelas e caixilharias do edifício da Casa do Povo de Alpiarça e Centro de Saúde e que alberga também a sede do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça e o balcão da Segurança Social e que está a ser feita a expensas da Câmara de Alpiarça. Falta agora no que respeita ao Centro de Saúde, a ARS cumprir a parte que lhe cabe, nomeadamente na recuperação dos interiores. De seguida o Presidente da Câmara falou da realização em Alpiarça, do Dia da Europa, uma organização que trouxe a Alpiarça centenas de jovens e professores, numa organização do Agrupamento de Escolas de José Relvas. Informou também no que toca à rede escolar que não está previsto o encerramento de qualquer escola no concelho de Alpiarça. De seguida falou da visita do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional aqui em Alpiarça, onde visitou a Triplanta. Informou do apoio dado pela Câmara de Alpiarça no valor de 12.000 euros, à Fábrica da Igreja de Alpiarça, para participar nas despesas de recuperação do exterior da Igreja de Alpiarça. De seguida informou que se realizou em Santarém uma reunião da Assembleia Geral da Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, tendo o município de Alpiarça sido eleito para a Direção desta

13/26

Associação, como Vogal, tendo a Presidência passado para o Município de Ponte de Lima. Informou da realização de reuniões com restaurantes e produtores agrícolas na preparação do Festival de Melão. Realizou-se na CIMLT uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém e em relação à portaria 82/2014 que prevê o encerramento de um conjunto de valências, de especialidades no Hospital de Santarém, tendo sido dito nessa reunião pelo Presidente do Conselho de Administração daquele hospital que tinha a garantia de que não iriam encerrar quaisquer especialidades no Hospital de Santarém, mas os autarcas desta região abrangida por este Hospital Distrital só ficarão descansados quando a Portaria for revogada. Falou depois do Dia do Município de Alpiarça na Feira Nacional da Agricultura, com várias iniciativas onde foi feita a promoção e divulgação dos vinhos, do melão, da doçaria, da gastronomia e onde vários funcionários da Biblioteca Municipal divertiram as crianças presentes no local e onde se registou também a atuação do Grupo Musical da Asal. A entrega da VUCI – Viatura Urbana de Combate a Incêndios, aos Bombeiros de Alpiarça, num investimento global de 240.000 euros comparticipados pelo QREN em 85%, e também os equipamentos de proteção individual de combate a incêndios, em cerimónia que se irá realizar dentro de oito dias no Quartel dos Bombeiros Municipais. Reuniu o Conselho Municipal de Educação, que fez o balanço do ano letivo e as perspetivas para o próximo 2014-2015, assim como o Conselho Municipal de Segurança que também reuniu com a totalidade dos seus membros e que analisou a evolução da criminalidade no nosso concelho nos últimos tempos e onde também foi debatida a atividade dos Bombeiros Municipais e Proteção Civil Municipal, foram debatidas questões relativas à segurança rodoviária no interior do concelho, neste âmbito foi criado um grupo de trabalho que está previsto do Regulamento para levantar e discutir e apresentar propostas de parecer relativamente aos aspetos de mobilidade urbana no concelho. No ponto da evolução da criminalidade foi aprovado um parecer por unanimidade que apontava para a necessidade de comunicar às entidades competentes nesta matéria a nossa exigência de reforço dos meios humanos e materiais no Posto da GNR de Alpiarça e foi emitido um parecer favorável ao Regulamento que terá de vir à aprovação definitiva desta Assembleia Municipal. -----

----- Tendo-se atingido as 24h00 foi posta à votação a continuação dos trabalhos. A continuação dos trabalhos foi aprovada com 14 votos a favor, sendo 10 da bancada da CDU-(PCP/PEV), 3 da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 1 da bancada do Partido Socialista (PS) e duas abstenções da bancada do PS, deputados Fernando Ramalho e Miguel Sá Pereira. -----

----- O Presidente da Câmara finalizou informando que já houve um novo troço da Estrada de Vale Peixe alcatroado em conjunto pelas câmaras de Alpiarça e de Almeirim e no início da semana que vem vai ser alcatroada a Rua Norton de Matos, no Frade de Cima. -----

----- Usou da palavra o deputado Mário Santiago que desvalorizou a redução da dívida, alegando que é uma obrigação do Plano de Saneamento Financeiro que tem de ser seguida. Depois disse que de todas as iniciativas que tomou conhecimento através desta informação escrita do Presidente da Câmara, não viu nada que promova de forma pro-ativa o desenvolvimento económico desta vila. Continua a falar-se muito do passado, a assistir-se desde há quatro anos a esta parte a uma troca constante de acusações entre PCP e PS, do que se fez e do que não se fez e se devia ter feito, de quem deixou a dívida e de quem tem de a pagar, mas se não for a iniciativa privada como é o caso que hoje se falou da Monliz, não há por parte do Executivo qualquer iniciativa em prol do desenvolvimento do futuro desta terra. -----

----- O Presidente da Câmara respondeu que de facto o cumprimento do PSF implica a redução de dívida, o que não implica que todos os concelhos que estão sujeitos a este tipo de planos os consigam cumprir, porque não basta haver obrigatoriedades definidas no papel é preciso haver condições e haver esforços nesse sentido, o Executivo alpiarcense está a cumprir e estamos constantemente a assistir a concelhos que têm planos de saneamento e de reequilíbrio aprovados e cuja situação financeira se degrada de dia para dia. Sobre as iniciativas do Executivo para o desenvolvimento económico, o Presidente da Câmara disse que fazem o que têm de fazer no quadro em que vivemos, em que é muito indefinido, num processo de transição entre quadros comunitários de apoio. Acrescentou que aquilo que se sabe é que há já um conjunto de medidas aprovadas pela Assembleia da República, que vem criar maiores constrangimentos financeiros aos municípios, pondo em causa inclusive o acesso ao fundos do próximo quadro comunitário. -----

15/26

----- **Ponto 2 - Apreciação, votação e Modificação ao Orçamento - Revisão n.º 1 e Modificação às GOP'S - Revisão n.º 1; Proposta para aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2014;** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Presidente da Câmara, o qual passou a palavra ao Vereador João Arraiolos, que tem o pelouro financeiro para fazer a apresentação do ponto. -----

----- O Vereador João Arraiolos informou que este ponto diz respeito à incorporação do saldo da gerência das contas do ano anterior, havendo apuramento de saldo de gerência ele terá de ser incorporado via revisão orçamental o que implica do lado da receita o registo do montante desse apuramento e do lado da despesa o valor correspondente, sendo que isto é normal em qualquer município deste país. O saldo de gerência aprovado foi de 122.376,90 €, sendo que o valor correspondente está distribuído pelas várias rubricas de despesa que em termos contabilísticos se prevê que achamos necessitadas. O documento já foi a reunião de câmara e segundo a Lei terá de vir também à Assembleia Municipal. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho disse que analisou cuidadosamente o documento e as várias rubricas de despesa por onde foi distribuído o saldo de gerência e perguntou a que se referia a rubrica Outros/Outras. -----

----- O deputado Mário Santiago disse que se determinou o saldo gerência no valor de 122.376,90 e disse entender na sua opinião, obviamente discutível, que este dinheiro deveria ser aplicado naquilo que é fundamental para o concelho, nomeadamente na regularização da dívida. O deputado na continuação da sua intervenção colocou várias interrogações sobre as várias rubricas onde está a ser redistribuído o saldo de gerência, criticando sobretudo o reforço da rubrica Outros, finalizando que parte deste dinheiro poderia ser aplicado nas Bolsas de Estudo, onde segundo julga saber, na altura não foram atribuídas em maior número por não haver dinheiro para mais.-----

----- O deputado Miguel Sá Pereira disse que esta rubrica Outros lhe merece sempre algumas reservas, embora não ponha em causa a legalidade nem a veracidade do documento, mas acha que tem de haver rigor, opinando que em termos contabilísticos podemos ser mais audazes e não mandar sempre o que não se sabe mais ou menos para onde vai, para os Outros. -----



----- O Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que rigor é aquilo que resulta da gestão do seu Executivo. Disse já ter dito isto várias vezes mas que o obrigam a repetir, dizendo que não se estão a endividar à razão de 1 milhão de euros por ano, pelo contrário, mantendo um nível de funcionamento superior a muitos exercícios em mandatos anteriores e algum investimento, num quadro extremamente difícil, abatemos mais de 2 milhões de euros à dívida. Relativamente às Bolsas de Estudo, o Presidente da Câmara disse que teria de se voltar a repetir, porque já o disse várias vezes, foi com o seu Executivo que se atribuíram pela primeira vez Bolsas de Estudo ao Ensino Superior, não sendo uma competência da Câmara, mas sim do Governo. Sempre pagámos a todos aqueles que estavam abrangidos pelo Regulamento, ou seja 10 bolsas de estudo. E o que foi dito é que se iria modificar o Regulamento no sentido de não se criar um limite à partida para o número de bolsas e que fique dependente do número de estudantes que possam beneficiar deste apoio, mas tendo sempre em consideração a disponibilidade financeira do orçamento municipal. O Presidente da Câmara acrescentou que o valor do saldo de gerência foi distribuído de acordo com as necessidades de funcionamento desta Câmara. Considerou que não é uma necessidade de funcionamento, nem uma necessidade dos Alpiarçenses, amortizar dívida para além daquilo que nos é imposto. -----

----- O Vereador João Arraiolos informou que a rubrica Outros é uma rubrica residual que faz parte do Plano Oficial de Contabilidade e tudo o que vai para esta rubrica é tudo o que não pode ir para as restantes rubricas contabilísticas. Acrescentou que isto já foi aqui explicado e que inclusivamente a bancada do PS teve dúvidas sobre uma determinada verba desta rubrica e foram-lhe remetidas cópias de todas as faturas dessa rubrica e se alguém tiver dúvidas pode sempre efetuar pedido semelhante. O Vereador acrescentou que a forma como as coisas são postas, até parece que alguém anda aqui a esconder alguma coisa e que o Executivo dá instruções à Contabilidade para pagar documentos e outras despesas através da rubrica Outras. Quanto à questão de todos estes pequenos valores que são distribuídos pelas diversas rubricas, são verbas apuradas pelos serviços de contabilidade como havendo necessidade de reforçar e outras nem tinham valor atribuído e apesar de estarem a ser abertas com pequenos valores, poderão vir a ser reforçadas mais tarde. Relativamente à verba destinada à avença, não se tratam de novas contratações mas apenas da retificação de

um mau cabimento numa rubrica que não estava correta relativamente à avença que temos contratada para a Proteção Civil. -----

----- O Presidente da Câmara disse que estava convencido que todas as explicações dadas quer por si quer pelo Vereador João Arraiolos não iriam contribuir em nada para mudar o sentido de voto das pessoas e que o que se está aqui a fazer é desleal para com o Executivo e quando assim é, não faz sentido nem o Presidente de Câmara, nem o Vereador do Pelouro Financeiro estarem com explicações tão detalhadas e se as bancadas da oposição votarem favoravelmente este ponto, ele pedirá desculpa às mesmas. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à votação. O deputado Mário Santiago informou que não iria votar porque se sentia condicionado no seu voto, depois do que foi dito pelo Presidente da Câmara. O Presidente da Assembleia informou o deputado que face ao Regimento teria de votar, podendo votar contra, votar a favor ou abster-se.

----- O Presidente da Assembleia disse que ficava em ata o que iria dizer, o resultado da votação foi a seguinte: 1 voto contra da bancada do PS (deputado Fernando Ramalho), 4 abstenções (2 da bancada do PS - deputados Miguel Sá Pereira e Margarida do Céu, e 2 da bancada do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT – Domingas Mendonça e Maria Gabriela Coutinho) e 10 votos a favor da bancada da CDU-PCP/PEV e houve o deputado Mário Santiago que contra o regimento se negou a votar. -----

----- Em declaração de voto, Marco Silva disse que bancada da CDU-PCP/PEV tinha votado favoravelmente este ponto em virtude da incorporação do saldo de gerência só poder ser feito através de Revisão Orçamental e por confiar plenamente no Executivo da CDU em termos de rigor na execução orçamental e na gestão dos dinheiros públicos. -----

----- O deputado Fernando Ramalho também fez declaração de voto, dizendo que votou contra a Revisão Orçamental por não ter ficado devidamente esclarecido sobre o destino das verbas inscritas na rubrica Outros e por não ter ficado igualmente esclarecido nas verbas destinadas a contratação de Pessoal em regime de tarefa ou avença. -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira em declaração de voto disse que se absteve e não votou contra porque se sentiu esclarecido pelas explicações dadas pelo Vereador

João Arraiolos, mas por outro lado considera que a rubrica Outros, é um item residual, onde nunca se sabe muito bem que despesas por lá se pagam.-----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho disse que a sua abstenção tinha a ver com o facto de acreditar plenamente que estas verbas serão apenas e só utilizadas em despesas da Câmara Municipal, mas não se sentiu suficientemente esclarecida sobre o assunto. -----

----- O Presidente da Câmara pediu a palavra para se defender da acusação que lhe foi lançada pelo deputado Mário Santiago, de que se sentia condicionado no seu modo de votação depois das suas palavras, tendo o Presidente da Assembleia dado a palavra ao Presidente da Câmara para responder ao deputado Mário Santiago. -----

----- O Presidente da Câmara disse que condicionar o voto em Democracia é crime e não foi isso que aqui foi feito. Condicionar o voto da maneira que aqui é feito pelo Executivo, é tão só tentar explicar o melhor possível os assuntos que são trazidos a esta Assembleia para discussão e aprovação, argumentado com os conhecimentos e as informações que temos, que nos são dadas pelos serviços, ao contrário de alguns dos deputados municipais, que por mais esforços que se façam no sentido de clarificar o assunto, consideram-se sempre pouco esclarecidos e não mudam o seu sentido de voto que já vem pré-determinado, por mais esclarecimentos que lhes dêem. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação e votação do 6.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro;** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Presidente da Câmara, que informou que sendo este o 6.º relatório semestral, significa que se fecharam já três anos de Plano de Saneamento Financeiro, que os objetivos do Plano estão a ser cumpridos, a evolução da situação financeira vem dar razão à opção da CDU-(PCP-PEV) quando avançou com este plano. O Presidente da Câmara opinou que o município está num claro processo de recuperação, mas que agora depois depois de criado o Fundo de Apoio Municipal que foi aprovado na AR, pela maioria parlamentar, que vai retirar aos municípios durante 5 anos, 455 milhões de euros a acrescentar aos 1.300 milhões que já foram retirados aos municípios. No caso concreto de Alpiarça corresponde à retirada de uma fatia de 463.000 euros em 5 anos à razão de 92.000 euros por ano e entende que os órgãos da autarquia deviam ter uma tomada uma posição sobre o assunto e sobre mais esta medida do governo, com a agravante

19/26

que isto tem sido vendido como sendo a melhor solução para a resolução da situação financeira dos municípios em crise. O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Arraiolos. -----

----- O Vereador João Arraiolos disse que estamos perante o 6.º relatório do PSF, mas na realidade acaba por ser o 9.º porque cada vez que existe uma prestação de contas vem também a acompanhar o relatório do PSF, relativamente a 31 de Dezembro de cada ano. Acrescentou que em linhas gerais o PSF está a ser cumprido e que os objetivos continuam a ser atingidos, mostrando-se disponível para prestar outros esclarecimentos. -----

----- O deputado Fernando Ramalho não concorda com uma afirmação contida no PSF em que é dito que a redução da taxa de IMI para a taxa mínima de 0,3% está dificultar a gestão corrente, pois as reduções ocorridas na receita corrente, seriam compensadas com a receita do IMI, o que para o deputado não faz sentido, porque as receitas cobradas até são maiores do que as receitas que o próprio município orçou e a tendência é que mesmo com a receita nos mínimos, a tendência das receitas de IMI é sempre para aumentar e perguntou se há intenção de propor o aumento da taxa ou mantê-la nos 0,3%. -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira disse que nem analisou o Relatório porque toda a gente sabe a opinião que ele tem do PSF e disse que nem iria falar em Troikas, mas por outro lado acha que o Relatório está bem feito e do ponto de vista técnico não tem nada a apontar. -----

----- O deputado Marco Silva deu os parabéns à Câmara por estar a conseguir recuperar o Município de uma situação financeira aflitiva resultante de uma gestão ruínosa anterior. Por outro lado pediu também que fosse feito o ponto de situação sobre a situação financeira da Cooperativa Agroalpiarça, gerida em cerca de 99% pela Câmara de Alpiarça. -----

----- O Vereador Pedro Arraiolos informou que a situação financeira da Agroalpiarça, melhorou significativamente nos últimos dois anos, o que demonstra um maior rigor na sua gestão. Relativamente ao IMI referiu que por opção da Câmara Municipal a taxa de IMI praticada do concelho é a taxa mínima, opção que foi tomada no sentido de não agravar com mais impostos uma população que já está bastante sobrecarregada. Relativamente aos valores cobrados e a cobrar de IMI o Vereador

20/26

informou que se por um lado as receitas deste imposto irão aumentar, por outro lado há outros impostos que estão a diminuir, como sejam, o IMT. -----

O Presidente da Assembleia pôs o ponto à votação, tendo sido aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 5 abstenções (3 do PS e 2 do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) e um voto contra do deputado Mário Santiago do Todos por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). O Deputado Mário Santiago fez declaração de voto, dizendo que votou contra, não contra a parte técnica do documento, mas sim contra a parte política, uma vez que a descrição contém algumas incorreções nomeadamente sobre os motivos que estiveram na evolução tanto das receitas como das despesas, ao abrigo do PSF. Sobre o IMI é referido que houve constrangimentos relativos à redução para a taxa mínima de IMI e o que se passa é exatamente o contrário, ou seja entre 2010 e 2014 há um acréscimo de 250.000 euros nesta receita anual líquida o que significa um aumento de 67% neste imposto. Finalizou dizendo que não estava de acordo com o que é descrito sobre a redução das taxas de juro de mora, que na sua opinião decorre da redução das taxas de referência, que não é aqui referida, nem sobre a alienação do património, considerando que a Câmara nada tem feito para vender património. Solicitou que ao abrigo do Regimento o seu voto de vencido fosse registado. -----

----- O Presidente da Câmara neste momento disse que não podia deixar de registar aqui a deslealdade institucional com que foi feita esta declaração de voto, porque o deputado Mário Santiago teve oportunidade de pedir explicações e não as pediu. O Presidente da Assembleia disse que não se podem comentar declarações de votos e como tal não autorizou o uso da palavra por parte do Presidente da Câmara. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta para alteração do valor da avaliação de 4.800,54 euros do prédio inscrito na matriz predial sob o número 3793 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob o número 2091;** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão. -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira perguntou o porquê da alteração deste valor de avaliação. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho disse que tinha lido atentamente a proposta, e disse que gostava de saber quem seria o comprador, porque a proposta fala que há um interessado. -----

----- O Vereador João Arraiolos disse que apesar da existência de um possível interessado, o prédio terá de ser vendido em Hasta Pública e explicou que houve um processo de avaliação do património do município e houve uma comissão de avaliação que avaliou todo esse património e que trouxe o assunto à Assembleia Municipal, para efeitos de registo em inventário. Entretanto houve a manifestação por parte de uma pessoa que estaria interessada na aquisição deste prédio, tendo o Executivo analisado o valor de avaliação considerando-o descabido em relação ao imóvel em si, dado tratar-se de uma garagem, tendo a avaliação baixado aos serviços técnicos, os quais detetaram que havia um lapso e fizeram uma nova avaliação. Como a competência de certificação deste mesmo valor é da Assembleia Municipal, daí que haja uma proposta da Câmara para que a Assembleia Municipal retifique o valor. O Vereador finalizou informando que apesar de haver um interessado, a alienação do património terá de ser sempre feita em hasta pública, podendo eventualmente aparecerem outros interessados e o bem acabar por ser vendido a outra pessoa que não a agora interessada. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à votação tendo sido a proposta aprovada com 14 votos a favor, sendo 10 votos da CDU-(PCP/PEV), 2 do PS e 2 do Todos por Alpiarça-(PPD-PSD-MPT), 1 abstenção do deputado Fernando Ramalho (PS) e um voto contra do deputado Mário Santiago do Todos por Alpiarça-(PPD-PSD-MPT). -----

----- O deputado Mário Santiago em declaração de voto disse que solicitava o registo do seu voto de vencido e que tinha votado contra porque não se tinha sentido devidamente esclarecido. -----

----- O Presidente da Câmara disse que mais uma vez tinha havido uma deslealdade política e institucional, por parte do deputado Mário Santiago, porque não pediu qualquer esclarecimento e depois declarou ter votado contra por não se achar devidamente esclarecido. O Presidente da Assembleia informou o Presidente da Câmara que não poderia aceitar comentários seus às declarações de voto dos deputados e disse que o mesmo rigor que procura usar com todas as bancadas tinha de usar também com os elementos do executivo. -----

----- **Ponto 5 – Apreciação e votação das propostas de alteração do Regimento da Assembleia Municipal apresentadas pela Mesa e pela bancada do PS.** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal disse que existem duas propostas para alteração do atual Regimento. Uma proposta foi apresentada pela bancada do PS e outra proposta foi apresentada pela Mesa da Assembleia. De seguida o Presidente da Assembleia solicitou ao plenário sugestões sobre a melhor forma de se votarem as alterações ao Regimento. Depois de ouvidas as várias sugestões informou que iriam ser discutidos os artigos para os quais hajam alterações e os outros em que não hajam alterações serão votados em bloco e passou a perguntar aos deputados quais as alterações que tinham para apresentar. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que tinha propostas de alteração aos artigos 13.º, 15.º e 16.º. -----

----- O deputado Mário Santiago disse que tinha propostas de alteração aos artigos 2.º, 15.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e 42.º. -----

----- Assim o Presidente da Assembleia disse que iria pôr à discussão os artigos segundo a ordem das alterações propostas pelas bancadas, pondo de imediato a redação do artigo 2.º (*Competências da Assembleia Municipal*) à discussão. -----

----- O deputado Mário Santiago disse que tinha uma dúvida sobre este artigo, nomeadamente sobre o que era “o secretariado executivo intermunicipal”. O Presidente da Assembleia informou o deputado que este artigo era a cópia do que estava na Lei, sobre as competências das Assembleias Municipais. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs de seguida a redação do artigo 13.º (*Requisitos das reuniões*) à discussão. -----

----- O deputado Fernando Ramalho sugeriu que os trabalhos das Assembleias Municipais pudessem continuar com a aprovação da maioria a partir das 24:00 horas, mas que a partir da 1:30 horas, essa continuação só pudesse acontecer por deliberação unânime dos membros da Assembleia. -----

----- Os deputados Mário Santiago e Marco Silva teceram algumas considerações e opiniões sobre formas de tentar que as sessões não se prolongassem para muito tarde, defendendo o deputado Marco Silva que se devia tentar sempre discutir todos os assuntos numa única reunião da Assembleia Municipal. -----

----- Posto à votação o ponto 13.º proposto pela Mesa da Assembleia, foi aprovado com 10 votos a favor da CDU-(PCP/PEV), uma abstenção de Domingas Mendocha do Todos Por Alpiarça PPD/PSD-MPT e 5 votos contra, sendo 3 votos do PS e 2 votos do

23/26

Todos Por Alpiarça- PPD/PSD-MPT. Assim ficou prejudicada a proposta apresentada pela bancada do PS. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à discussão os artigos 15.º (*Convocatória*) e 16.º (*Ordem do dia*). Neste ponto a deputada Ana Margarida do Céu, disse que havia uma incongruência entre o art.º 15.º e o art.º 16.º, porque segundo o artigo 15.º “os membros da assembleia são convocados para as sessões extraordinárias com a antecedência mínima de três dias” por outro lado o art.º 16.º diz que “a ordem do dia deve incluir os assuntos indicados por qualquer membro da assembleia, e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de quatro dias sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias”, tendo a deputada questionado o Presidente da Assembleia, como seria possível um membro da mesma cumprir o prazo de 4 dias, se a convocatória lhe chega a três dias da Assembleia, ou seja um dia depois de esgotado o prazo. O Presidente da Assembleia informou a deputada que a alteração proposta ao Regimento é o texto da Lei. Os deputados Mário Santiago, Fernando Ramalho e Marco Silva teceram algumas considerações sobre a alteração do período de dias que antecedem a entrega das convocatórias e da documentação aos deputados. O Presidente da Assembleia informou que apesar da redução dos dias, os prazos continuam superiores ao que determina a Lei. -----

----- As alterações aos artigos 15.º e 16.º foram postos à votação tendo sido aprovados com 9 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 1 voto a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT (deputado Mário Santiago), 2 abstenções da bancada do PS e duas abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT, com as ausências da sala dos deputados Marco Silva e Ana Margarida Céu. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à discussão o artigo 18.º. (*Período de intervenção do público*). Os deputados Mário Santiago, Fernando Ramalho e Presidente da Mesa fizeram algumas considerações sobre este ponto que não sofreu qualquer alteração, relativamente ao anterior regimento. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à discussão o artigo 19.º (*Período de antes da ordem do dia*). O deputado Mário Santiago questionou o Presidente da Assembleia sobre a nova redação deste artigo do regimento, tendo este informado que a grande diferença é que a apresentação de recomendações ou moções e votos de louvor, de congratulação, de saudação, de protesto ou de pesar sobre assuntos ou

24/26



personalidades, que sejam propostos por qualquer membro da Assembleia ou pela Mesa e a votação dos documentos apresentados ao abrigo das alíneas anteriores, passarão a fazer parte da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à discussão o artigo 42.º (*Publicidade das deliberações*). Os deputados Mário Santiago e Fernando Ramalho trocaram algumas impressões com o Presidente da Assembleia sobre este artigo do regimento, tendo por este sido informado que o texto deste artigo segue escrupulosamente o que determina a Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Finda a discussão e votação das alterações propostas, o Presidente da Assembleia perguntou se mais algum deputado queria intervir sobre o Regimento. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente as alterações que agora foram discutidas, sem prejuízo de apresentar propostas de alteração de outros artigos que não estes, durante as próximas sessões, nomeadamente o artigo 25.º. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à votação a globalidade do Regimento, tendo sido aprovado com 10 votos a favor da bancada da CDU, 2 votos a favor da bancada do PS, 2 votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT e 1 voto contra do deputado Mário Santiago que fez declaração de voto. Estava ausente da sala a deputada Ana Margarida do Céu. -----

----- O deputado Mário Santiago em declaração de voto disse que votou contra a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal porque acha que viola de forma rude o art.º 37.º da República Portuguesa, nomeadamente o art.º 21 n.º 3 do Regimento, em que limita a intervenção por parte dos vereadores da oposição. Segundo o deputado a redação deveria ser mais ou menos esta: A solicitação do grupo parlamentar, ou do plenário, com a anuência do presidente da câmara, ou para exercício do contraditório, os vereadores poderão usar da palavra sobre matérias exclusivas do Executivo camarário do município. Todos, incluindo os vereadores por maioria de razão, têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações. O exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura. A todas as pessoas singulares ou coletivas, é assegurado, em

25/26

condições de igualdade e eficácia, o direito de resposta e retificação, bem como o direito a indenização pelos danos sofridos. -----

----- Após esta declaração de voto o Presidente da Assembleia informou que o Regimento agora aprovado, ficaria como anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- Não se inscreveu para usar da palavra qualquer elemento do público. -----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram três horas e sete minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada em minuta por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_